

Linha D'Água: São Paulo, v. 34, n. 01, p. 116-136, jan.-abr. 2021

 <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v34i1p116-136>

Artigo / Article

Texto e construção de sentidos: propostas para leitura e interpretação

Text and Construction of Senses: Proposals for Reading and Interpretation

Maria Aparecida Lino Pauliukonis* 

aparecidalino@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0001-8057-9961>

Claudia Assad Alves** 

claudia.alvares@upe.br
<http://orcid.org/0000-0001-6631-4430>

Resumo

Discute-se a análise de inferências em textos, com o objetivo de demonstrar que todo sentido, mesmo o literal, inclui implícitos discursivos em diferentes graus. O ato de compreensão/ interpretação desses enunciados envolve vários processos inferenciais, o que significa dizer que o leitor crítico deve estar atento não só às questões lógicas ou linguísticas *stricto sensu*, como também às discursivas e/ou retórico-argumentativas que ocorrem nos diversos gêneros de textos e que são fundamentais para a construção dos sentidos de uma produção textual. Um dos objetivos deste artigo consiste em apresentar propostas didático-pedagógicas para o ensino de leitura e de interpretação textual.

Palavras-chave: Semântica; Pragmática; Implícito Textual; Pressuposição; Inferências.

Abstract

Analysis of inferences in texts, with the objective of demonstrating that the sense, even the literal one, includes implicit informations in the discourse in different degrees. The comprehension/interpretation of these texts indicates operations of inference, what it means that the reader must have attention to the logical questions or to the linguistic sense and to the discursive or argumentative ones in different kinds of texts and that they are important to the construction of the sense of a text. On of the objectives of this paper consists on the presentation of didactic proposals for the teaching of textual reading and interpretation.

Keywords: Semantic; Pragmatic; Textual Implicit; Presupposition; Inferences.

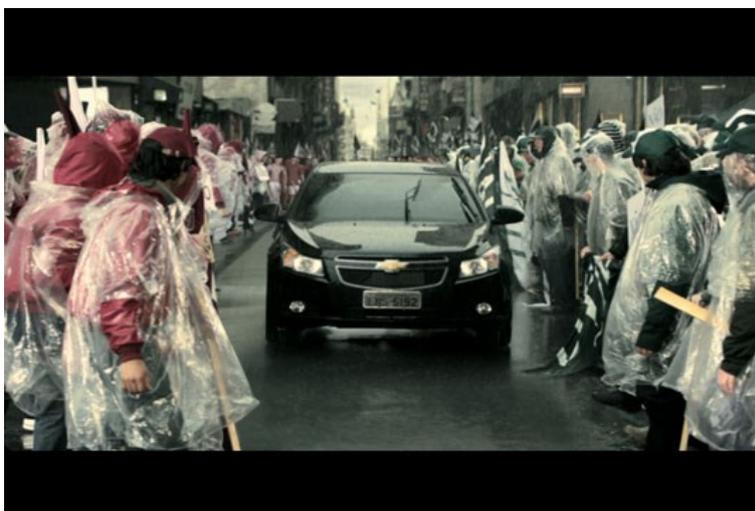
* Professora Doutora da Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil, Faculdade de Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Rio de Janeiro, Brasil.

** Professora Doutora da Universidade Estadual de Pernambuco -UPE, Pernambuco, Brasil, Faculdade de Letras, Colegiado de Letras, Petrolina, Pernambuco, Brasil.

Introdução

Este trabalho objetiva analisar estratégias utilizadas para leitura e interpretação do texto que ora confirmam o *dito*, ou as informações explicitamente enunciadas, ora apontam para outras que ficam subentendidas, o *não-dito*. O desvendamento desses processos contribui para a significação do texto como um todo linguístico-discursivo. Em todos os atos interativos, os interagentes necessitam fazer suposições para desvendar diferentes graus de implícitos nas sequências linguísticas. Esse preenchimento das lacunas no sentido do texto é realizado por meio de operações, com base em dados expressos linguisticamente ou que estão implícitos no discurso. É o que discutiremos neste espaço, por meio da análise de exemplos em diferentes gêneros textuais. Vejamos como se dá o jogo entre o sentido explícito e o implícito no texto apresentado a seguir [sic]:

Figura 1. Chevrolet apresenta a campanha de lançamento do Cruze - 20/09/11¹



Apresenta-se um plano de comunicação com ações em mídia on-line inspirado na rotina das pessoas. Essa foi a forma encontrada pela Chevrolet, em parceria com a WMcCann e a AG2 Publicis Modem, para divulgar o conceito que norteia o novo Chevrolet Cruze. Um carro diferente, completo e ao mesmo tempo ousado, que traz itens de série únicos na categoria de sedãs médios, com foco total na satisfação de seu proprietário. (...)

(...) O comercial, (...), mostra o novo Chevrolet Cruze e seus diferenciais passeando entre pessoas que agem sempre da mesma maneira. O *off* traz uma voz masculina que diz: "A gente queria pedir um favor para você, que compra sempre as mesmas coisas, que viaja sempre aos mesmos lugares, você que tem sempre as mesmas opiniões, por favor, dê passagem, o mundo precisa seguir em frente." Nessa última cena, as pessoas dão passagem e o carro segue veloz pelas ruas da cidade, quando o locutor finaliza: "Chevrolet Cruze. A Chevrolet fazendo o novo, de novo. (...)"²

¹ Disponível em: speedcal.blogspot.com/2011/09/chevrolet-apresenta-campanha-para-o.html. Acesso em: 12 mar 2021.

² Em 2017, o slogan do Chevrolet Cruze passa a ser "Seja a mudança", compatível semanticamente com seu precursor "Fazendo o novo de novo". Vale assistir à propaganda (Disponível em:

O texto, para alcançar seu objetivo – vender o carro a um número cada vez maior de pessoas –, faz uso de uma estratégia argumentativa que desafia o consumidor a tornar-se uma nova pessoa e comprar o carro, pois deixa implícito que somente pessoas comuns, sem qualquer originalidade no tipo de vida que levam, não têm esse carro.

A propaganda do carro incita o consumidor a deixar de ser *comum*; assim, o carro é o passaporte para o consumidor sair do *limbo* e passar a fazer parte do seletivo grupo dos que já pertencem à elite e estão sempre trocando de carro cada vez que é apresentado ao mercado um carro melhor. Como se pode observar, a estratégia mor aponta para uma interação entre o explícito e o implícito do texto.

Aceitando-se, como ponto de partida, que na construção de qualquer enunciado estão presentes termos que orientam a construção dos sentidos, pretende-se analisar como se dá o desvendamento inferencial do sentido de certos elementos implícitos ou subentendidos no texto. Nesse processo, consideram-se tanto os sentidos recuperados linguisticamente, isto é, a partir de certas palavras ou expressões contidas no enunciado (cotextuais), quanto os que dependem de informações contextuais ou extralinguísticas. Neste último caso, estão os implícitos sobredeterminados pela situação e por um *contrato* comunicativo, que se fundamenta em princípios derivados das condições sociais em que se dá o ato interativo.

Estes implícitos contextuais são identificados por meio do reconhecimento dos principais valores estabelecidos socialmente e detectados por operações que são de base cognitiva e sociodiscursiva. Essas operações recobrem um conjunto de premissas e presunções em relação ao mundo compartilhado, sem as quais os processos de leitura e de interpretação não podem ser realizados de forma satisfatória; o leitor proficiente não pode ignorar a situação de interlocução em que se dá qualquer discurso.

Tendo como uma das preocupações deste artigo o ensino da leitura de implícitos textuais, o trabalho busca focar o desenvolvimento do raciocínio a partir de pressupostos linguísticos e de inferências discursivas ou situacionais, também conhecidas por subentendidos, como foi tratado por muitos autores, como Kerbrat-Orecchioni (1986), e retomado com aplicações a textos de diversos gêneros por Angelim (2003).

É aceito, dessa forma, que a linguagem humana não objetiva fazer uma tradução direta do real, mas é o lugar de transformação de um mundo *a significar* para um mundo *significado discursivamente*. Isso se realiza por meio de estratégias que incluem regras advindas do Código e também da ação e interação social, tais como a constituição da identidade dos interagentes, o propósito de influenciar e a complexa negociação de sentidos em um texto.

<https://www.youtube.com/watch?v=U81-Z0EPMvQ>. Acesso em: fev. 2021); não obstante, o novo slogan contrasta com a seguinte manchete, já em 2020: “Chevrolet Cruze sai de linha no mundo inteiro, menos na América do Sul. Com fim da produção na China, modelo que já havia sido descontinuado em EUA, México e Coreia resiste na Argentina, mas com prazo para morrer. (Por Henrique Rodriguez 29 jan 2020, 19h04) Disponível em: <https://quatorrodas.abril.com.br/noticias/chevrolet-cruze-sai-de-linha-no-mundo-inteiro-menos-na-america-do-sul/>. Acesso em: fev. 2021.

Observe-se um diálogo³ entre dois empregados, surpreendidos pela chegada do patrão:

A – Você viu? Mal chegou e já saiu! Não precisa trabalhar...

B – Ah, é o filho do patrão...

C – O patrão: – Você está dizendo que meu filho não trabalha só porque é meu filho?

B (empregado): – De modo algum, senhor. Eu apenas disse que ele é seu filho, mas por que o senhor me pergunta isso? Por acaso ele não é seu filho?

Não dá para ignorar o refinado humor do interlocutor B com a chegada inesperada do patrão ao final da conversa. Explicitamente B apenas afirma: “Ah, é o filho do patrão...”, mas implicitamente “Ele não trabalha porque é filho do patrão”, o que o outro colega entendeu, mas o patrão não teve como comprovar e/ou retrucar⁴.

Observemos agora o diálogo pelo lado do implícito discursivo: não há nada que permita acusar B, a partir de palavras ou expressões que figuram ali. Pelos implícitos linguísticos, ele apenas afirma uma realidade: “Ah, é o filho do patrão...” mas, para captar o sentido implícito, temos de recorrer ao contexto situacional, uma vez que o nepotismo, o apadrinhamento está entranhado em nossa cultura; observe-se que ninguém poderia acusar o interlocutor B só por ter dito a frase “É filho do patrão” e, assim, ele pôde eximir-se da responsabilidade de ter dito algo comprometedor e continuar, tranquilamente, a conversar com seu colega A, como ocorreu.

A seguir, trataremos com mais detalhes dos implícitos pressupostos.

1 Implícitos pressupostos

São consideradas implícitas todas as informações veiculadas sem que o falante precise se comprometer diretamente; as que se baseiam em dados recuperados linguisticamente constituem os *pressupostos* e as que estão relacionados ao contexto e à situação *são os chamados subentendidos*. As informações recuperadas linguisticamente não podem ser negadas pelo emissor e nem desconsideradas pelo interpretante, pois estão inseridas na própria língua; por isso é fundamental que sejam *verdadeiras*, porque é a partir delas que se constroem as argumentações; se forem falsas, todo o raciocínio decorrente delas também será, o que inviabiliza a argumentação.

Ducrot (1981, p. 239), ao comentar como se processam os fenômenos lógicos da Semântica Linguística, chama a atenção para as relações entre valores de verdade, de ordem paradigmática, como as que ocorrem nos enunciados:

³ Os exemplos que não contêm referências foram criados pelas autoras.

⁴ Na hipótese de o patrão confrontar B e perguntar-lhe o porquê de associar o não trabalhar ao fato de X ser seu filho, ainda assim, B poderia responder que apenas disse que X era seu filho, da mesma forma que teria dito “ah, é o funcionário da secretaria” ou “ah, é o diretor dos recursos humanos”; por outras palavras, dizer “ah, é o filho do patrão” foi a primeira coisa que lhe ocorrera, e isto não tinha nada que ver com o não trabalhar. Lembremo-nos de que o patrão só pode afirmar com base no explícito, visto que este não pode ser negado, ao passo que o implícito pode; daí resulta a possibilidade de não comprometimento de B.

— *Porque se envenenou (causa), morreu rapidamente (consequência)*. Nesse caso, há uma implicação lógica: *Se tomar veneno, morre*.

— *Pedro está com cachumba. Pedro está doente*⁵.

O ato de compreensão/interpretação desses enunciados inclui considerar como verdadeiras tanto as causas quanto suas consequências, relações de ordem lógica que pertencem às ocorrências do enunciado em qualquer situação comunicativa. Esses casos se aproximam do processo de acarretamento da informação, o qual é válido para as relações de sentido entre hiperônimos e hipônimos, por exemplo, como se pode ver em: — *Na feira, comprei melão e abacaxi, mas achei as demais frutas muito caras*.⁶

Admitir o primeiro enunciado sem admitir o segundo é ignorar a própria lógica linguística pelo processo de acarretamento. Em outro trabalho, Ducrot (1989) analisou a questão do valor de verdade de enunciados, a partir do caráter referencial da linguagem (o tipo de raciocínio que se faz a partir da língua), mas admitiu, por meio da sua Teoria dos *Topoi*⁷, que há muitos sentidos lexicais que não estão definidos apenas literalmente. O autor apresenta sua teoria como um modelo alternativo a uma semântica baseada no conceito de *condições de verdade*, já definidos pelos lógicos. Entende-se, assim, que os *topoi* correspondem a *doxas*⁸, como relações complexas e como fonte de discursos, ou de possibilidades discursivas que comandam uma progressão de sentidos de caráter generalizante e gradual.

Nesse caso, pode-se afirmar que os enunciados encadeiam-se pelo menos, por meio de duas formas: uma relação inferencial *lógica* e outra inferencial *discursiva*, desdobrando-se o raciocínio em mais de uma fonte: um tipo de raciocínio que se aproxima do *real* ou científico, no sentido da demonstração e o que, segundo uma visão argumentativa, está ligado aos *topoi*, às crenças, aos valores. Em toda interpretação sempre haverá, portanto, um princípio lógico e demonstrativo e outro argumentativo e retórico, de cunho apreciativo. A seguir, observem-se como tais conceitos ficam mais claros a partir de exemplos:

⁵ Importa observar que cachumba é uma doença; portanto, se Pedro está com cachumba, então Pedro está doente. Trata-se aqui de uma relação de implicação lógica do tipo Se X, então Y.

⁶ — *Na feira, comprei melão e abacaxi, (A) mas achei as demais frutas muito caras (B)*. Há que se considerar que A (= melão e abacaxi, membros de uma classe, hipônimos) acarreta B (= frutas, indicador de classe, hiperônimo) porque melão e abacaxi são frutas; note-se que o inverso não é verdadeiro, isto é, B não acarreta A, pois em B o produtor do texto refere-se às *DEMAIS* frutas; naturalmente, ele só pode se referir a *OUTRAS* frutas porque ao menos algumas foram mencionadas anteriormente. Por outras palavras, B pressupõe A. Acrescente-se que a palavra *frutas* pode se referir a qualquer fruta que não necessariamente melão e abacaxi.

⁷ O termo *topos* (plural *topoi*, de origem grega) refere-se a verdades aceitas como base dos entendimentos que orientam as escolhas cotidianas; constitui um ponto de partida comum de uma argumentação. Ducrot (1989, p. 17) tratou do conceito como "lugar argumentativo", constituído de três propriedades: universalidade, generalidade e gradualidade.

⁸ O termo *doxa* foi definido por Roland Barthes (2003, p. 53) como opinião pública, consenso, como a voz do natural. Luiz Fiorin (2015, p. 107) considera que as *doxas* são crenças partilhadas numa dada sociedade, em determinada época.

Ao se dizer: *Patrícia não mora mais no Rio, ela agora reside em Paris*⁹, afirma-se que ela já morou no Rio e hoje reside na Europa. Tais conteúdos estão marcados pelos indicadores linguísticos: *não mora mais* e *agora está residindo em Paris* – que são recuperados a partir de componentes dados no enunciado. Como sabemos também que Paris é capital da França, país europeu, deduz-se que Patrícia mora hoje na Europa. Estamos diante de implícitos linguísticos ou semânticos, que são lógicos e que não se negam, os chamados pressupostos.

Cite-se o exemplo mencionado por Ilari (2004): *Meu carro nunca mais falhou depois que o mecânico fez uma revisão geral*¹⁰, supõe-se que ele já estava falhando e, mesmo que se negue a informação dada: *o carro não parou de falhar, com a revisão mecânica*, não se pode negar que já havia esse defeito anterior, isto é, quando certo conteúdo está presente tanto na sentença informativa como em sua negação, dizemos que há uma pressuposição. Em geral, também ocorrem pressupostos nos casos de acarretamento, em que a verdade de uma sentença implica a verdade de outra, que está nela implícita. Se digo que *o sabiá voou e fugiu da gaiola*, tenho que aceitar como verdade que ele é um pássaro e que estava preso; no caso da afirmação: *ele se casou*, essa pessoa não pode mais ser considerada solteira.

Ao lermos, entretanto, a seguinte notícia de jornal: *Todos estiveram presentes no enterro do bombeiro, até*¹¹ *o prefeito e o governador do Estado*, está implícita a ideia de que o enterro foi um evento importante (a presença das autoridades a uma cerimônia fúnebre pressupõe isso). Essa ideia pode ser ainda reforçada por informações recuperadas a partir também da situação em que ocorreu o fato, ou seja, imagine-se que o bombeiro tenha morrido heroicamente, tentando salvar os habitantes de um prédio em chamas. Dessa forma justifica-se o uso da expressão *até o prefeito e o governador*, por serem pessoas ilustres o que não se espera em qualquer acontecimento. No caso dado, a situação ou o *subentendido* não foram expressos, mas sua implicitude no texto funciona como um reforço argumentativo para a tese defendida pelo jornalista; ou seja, numa argumentação interativa concorrem frequentemente tanto os elementos pressupostos quanto os subentendidos.

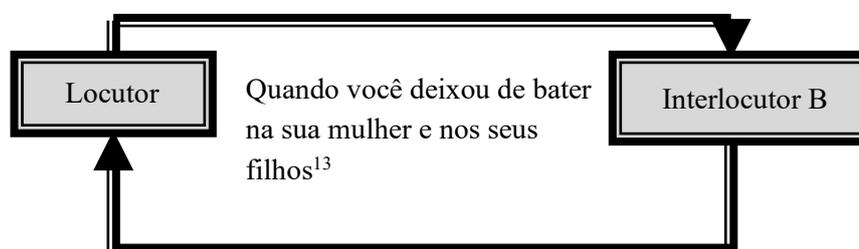
⁹ Os advérbios *mais* e *agora* respondem pelos traços de sentido do enunciado, senão vejamos: se Patrícia não mora *mais*, isto só pode significar que ela *já morou*; naturalmente, *hoje, agora* ela precisa morar *em algum lugar*, uma vez que saiu do Rio de Janeiro. Na sequência do enunciado, por meio da relação de acarretamento, sabe-se que ela mora na Europa, dado que esse hiperônimo contém entre seus hipônimos a França, cuja capital é Paris.

¹⁰ *Meu carro nunca mais falhou* (A) *depois que o mecânico fez uma revisão geral* (B); em A, temos uma hipérbole gramatical formada pela junção de dois advérbios em que o segundo (*mais*) reforça a negação contida no primeiro (*nunca*) e *ainda contém a informação pressuposta de que, em algum momento, o carro falhou*; em B, temos a segunda parte do enunciado encabeçada por uma locução temporal indicadora de tempo posterior, de modo que, em uma linha horizontal cujo limite é o infinito, A é o lugar onde os fatos ocorrem primeiro, isto é, *antes* da revisão geral do mecânico. Note-se que, se o carro continuou a falhar, voltou a falhar etc., a informação pressuposta se mantém preservada.

¹¹ Se tomarmos uma escala argumentativa, veremos que *até* introduz o argumento mais forte e está, portanto, no topo da escala; isso é o mesmo que dizer que não haverá novos argumentos depois daquele introduzido por esse operador argumentativo. Suponhamos que o bombeiro falecido haja sido um grande herói para os moradores de uma pequena cidade; uma forma de homenageá-lo seria justamente a presença de autoridades importantes no seu enterro, de modo que, quando dizemos “*até o prefeito e o governador foram ao enterro do bombeiro*”, todos os demais presentes só podem compor um grupo mais voltado para a base da escala argumentativa.

São muitas as palavras ou expressões que ativam os pressupostos, por exemplo, na sentença adaptada de Moura (1998) “o professor voltou¹² da viagem” — pressupõe que ele tinha viajado. O pressuposto nesta sentença permanece verdadeiro, mesmo que o professor ainda não tenha voltado da viagem. Em outro contexto, uma conversa entre pai (= Locutor A) e filho (= Interlocutor B):

Pergunta de A:



- Pressuposto contido na pergunta de A: B batia na mulher e nos filhos. (Afinal, como *deixar de fazer* o que nunca se fez?)
- Resposta de B: *Mas eu nunca bati nem na minha mulher nem nos meus filhos!*
- A resposta de B contesta o pressuposto- *você batia na sua mulher e nos seus filhos.*

Ao responder, B rejeita o pressuposto contido na fala de A; a partir desse ponto, temos dois possíveis desfechos para o breve diálogo entre pai (A) e filho (B): (1) B se sente injustiçado por A, pois nunca bateu na mulher nem nos filhos; (2) (B) se irrita com A por ter sido descoberto. No entanto, seja verdade – ou não – o pressuposto, contido na resposta de B, retruca o pensamento de A, que pode se ver desacreditado em sua própria fala.

2 Implícitos subentendidos

Implícitos subentendidos são informações que não estão marcadas linguisticamente, mas encontram-se *insinuadas* por trás de uma afirmação e podem ser recuperadas a partir da análise da enunciação de um texto. Já vimos essa recuperação de sentido em um exemplo anterior, ao tentarmos justificar a expressão *até o governador*, pela possibilidade de que o bombeiro tenha morrido heroicamente e a presença de uma autoridade maior vem confirmar esse raciocínio.

¹² VOLTAR (...) ‘vir ou ir (de um ponto ou local) para (o ponto ou local de onde partira ou no qual antes estivera); regressar, retornar’ (...) (HOUAISS, 2001); 1. ‘Chegar de volta; RETORNAR; REGRESSAR [int. : (...)] [ta. : *O bói ainda não voltou da rua/ao escritório*]’ (AULETE, C., 1964). Os traços semânticos do verbo *voltar* mostram que, voltando ou não de algum lugar, para voltar, *é preciso primeiro ter ido* (informação dada pelo semema do verbo); da mesma forma, não se pode descer uma escada sem antes tê-la subido.

¹³ Note-se que a negação preserva o pressuposto: *O quê? Você não parou/deixou de bater na sua mulher nem nos seus filhos?*; ou seja, *parando de bater ou não*, o pressuposto de que B batia na mulher e nos filhos se mantém, pois, se B *não* parou, então B *continuou a fazer o que já fazia antes*.

As mensagens linguísticas comportam, assim, implícitos que não podem ser previstos apenas com base no sentido literal ou no reconhecimento da estrutura linguística. Eles só podem ser entendidos por um trabalho de conjectura, a partir da análise de uma avaliação global da situação comunicativa, em que o ouvinte tenta recuperar a intenção do falante a partir de dados circunstanciais. Essas mensagens são tidas como indiretas, o que permite ao ouvinte indagar: *o que será que se quis dizer com isso?*

Suponhamos que alguém chegue a um escritório no centro da cidade, em pleno inverno e a pessoa o receba com o ar refrigerado no máximo; se o visitante disser: – *Está frio demais aqui, não ?* Pode-se concluir que ele não está querendo apenas fazer um comentário, mas um pedido para que desligue o ar, ou que diminua a refrigeração. O evento situacional é que vai determinar esse raciocínio. Mas a outra pessoa pode também retrucar: – *Não acho que esteja tão frio assim, você é muito friorento...* Ou seja, a polêmica pode ser instaurada, nesse momento, mas o visitante pode ignorar toda essa inferência contestatória e dizer: – *Não estou pedindo que você desligue o ar, estou mesmo de saída.*

Há uma diferença básica entre os dois tipos de raciocínio: enquanto nos pressupostos a informação é estabelecida como indiscutível, portanto não podendo ser negada e servindo de base para uma posterior argumentação, nos subentendidos, há raciocínios indiretos, que podem não ser aceitos ou reconhecidos pelo ouvinte.

Assim, o enunciador pode se esquivar de reconhecer um subentendido, que é da responsabilidade do ouvinte, e se proteger, fingir que não reconhece a conclusão a que chegou seu interlocutor, como fez o visitante mencionado, ao negar que estava querendo dizer o que seu amigo depreendeu. Trata-se de uma estratégia muito importante de raciocínio argumentativo, cuja decodificação mostra-se atuante em todo o processo de leitura e de interpretação, fundamental para se testar o grau de compreensão do *leitor experiente*, ou o que lê também pelas inferências. Vejamos mais alguns exemplos que ilustram o raciocínio baseado em implícitos subentendidos.

Diante da seguinte pergunta de um amigo a outro: – *Vai a minha festa?* Uma resposta como: – *A minha mãe está doente* – pode levar à conclusão de que ele não pode aceitar o convite. Como o amigo não respondeu à pergunta, mas apresentou um motivo para não ir, – tem que cuidar da mãe –, pressupõe-se que sua resposta negativa torna-se um indício que encaminha para uma determinada conclusão:

(...) “as relações que não figuram explicitamente” constituem as entrelinhas, que (...) correspondem ao que não está dito explicitamente e, por conseguinte, deve ser recuperado por meio de inferências. Aquilo que não está dito explicitamente, que transcende o significado convencional das palavras na sentença, (...), constitui o implícito discursivo, que deve ser resgatado por meio das pistas fornecidas pelos interlocutores em seu discurso. (...) (ALVARES ASSAD, 2008, p. 672)

Mas suponhamos que o amigo conheça a real situação e acrescente: – *Sua mãe está sempre com uma acompanhante, por isso acho que você deveria ir a minha festa.* Nesse caso,

o discurso está sendo refutado com o acréscimo de outro argumento: – *Sua mãe está doente, sim, mas hoje ela está com uma acompanhante e você poderá ir...* Logo, o argumento baseado no conhecimento da situação é que vai definir o novo sentido que deve ser, então, negociado.

Vejamos outro exemplo:

Figura 2. Pai examina lista de material escolar do filho – Material escolar¹⁴



Do confronto entre o dito e o não dito resulta o raciocínio de que as escolas estão exigindo materiais que não serão usados pelas crianças.

Para entender o discurso do pai do garoto, não podemos perder de vista que, no canto superior esquerdo do quadro, o produtor do texto contextualiza a situação em que se desenrola *aquele* texto: o dito e o não dito devem ser resgatados a partir do contexto *material escolar*; portanto, mesmo que o leitor não esteja acompanhando as críticas dos jornais às enormes listas escolares que os pais se veem obrigados a comprar, o contexto supracitado, ao delimitar a área em que devemos interpretar o discurso do pai, assume o papel social do jornal. Assim, a lista apresentada ao pai é, sim, da escola, e não do supermercado e, a menos que os alunos encontrem uma boa justificativa para usar copos descartáveis, guardanapos e envelopes, resta-nos tão somente concluir que parte da lista de materiais é *para uso das escolas, e não dos alunos*.

Observem-se, a seguir, algumas outras situações em que há implícitos subentendidos que correspondem a *transgressões* às chamadas leis do discurso, que foram estudadas por Ducrot (1981) e também sistematizadas por Grice (1982), que as denominou *regras conversacionais*.

A compreensão de uma transgressão de uma lei do discurso corresponde ao subentendido em sentido estrito e, como tal, permite que se perceba uma intencionalidade clara.

¹⁴ Disponível em <http://www.blogdogusmao.com.br/2010/02/02/charge-do-bello-2/>. Acesso em: 08 mar. 2021.

Se o sujeito A transgredir uma lei, ele deixa claro que sua intenção é fazer com que o outro tire uma inferência derivada da nova situação em que se encontram.

Quando alguém diz: – *A sopa está sem sal!*, indiretamente, pede-se mais sal para a sopa. Mas, ao receber de volta uma informação como essa: – *Dr. Jorge, seu cardiologista, vai ficar feliz com esta notícia*, isso já indica uma negativa de colocar mais sal na sopa, pois se sinaliza que a pessoa tem problemas em ingerir sal. Essas conclusões, porém, derivam de insinuações, de indícios e podem ser refutados pelo outro como argumento definitivo.

Angelim (2003, p.18) cita o caso de alguém que pede a indicação de um bom médico cirurgião e recebe como resposta: – *Meu amigo João teve um aneurisma e a Dr.^a Maria Clara cuidou muito bem dele*, o que pode ser um bom indício para a recomendação da médica. Se fosse o contrário, o de que o amigo morreu durante a operação, o fato mencionado já poderia levar à conclusão de que ele não a estava recomendando.

Em suma, o enunciado subentendido *sugere*, mas não *diz* e, muitas vezes, o raciocínio precisa ser explicitado, em todos os casos sempre com recorrência ao contexto.

A esse respeito, cabe-nos colocar uma questão: os implícitos subentendidos podem ser caracterizados, sabendo-se que dependem de circunstâncias contextuais específicas? É o que vamos tentar responder, com base em Platão e Fiorin¹⁵ (2006, p. 310), que indicam algumas características do raciocínio implícito subentendido, que resumiremos a seguir: 1) depreende-se sempre a partir de um contexto particular bem delimitado; 2) decifra-se segundo um cálculo ou uma inferência do interpretante; 3) o próprio enunciador pode, a qualquer momento, ignorar ou negar o raciocínio subentendido feito pelo interlocutor e buscar se refugiar no sentido literal do enunciado.

Como decorrência dessa estratégia própria de construção do sentido implícito, o enunciador pode sempre *dar* ou *deixar a entender* alguma coisa a mais, mesmo que esta não seja sua primeira intenção consciente e, por esse mesmo motivo, pode também negá-la simplesmente, o que constitui mais uma estratégia de interlocução.

Como se está observando, diante de implícitos, os sentidos dependem da interpretação das circunstâncias sociais e contextuais, por meio de inferências feitas pelos locutores em interação. Esses implícitos subentendidos pertencem à ordem pragmática e não dependem apenas de expressões linguísticas e de suas *moléculas sêmicas*, como lembra Charaudeau (2018; 2019).

Vejamos mais exemplos com comentários, a seguir, sobre a charge *Fome zero*¹⁶.

¹⁵ Trata-se de um manual didático muito útil aos professores de qualquer nível do ensino, devido à linguagem clara e ao arcabouço teórico amplo e consistente.

¹⁶ “**Fome Zero** foi um programa criado em 2003, pelo governo federal brasileiro, durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, em substituição ao Programa Comunidade Solidária, que fora instituído pelo Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995, durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, para o enfrentamento da fome e da miséria no país. (...) De acordo com o site do programa, no Brasil em 2003 existiam 44 milhões de pessoas ameaçadas pela fome. O Programa Fome Zero consistia num conjunto de mais de 30 programas

Figura 3. *Fome zero*¹⁷



Está implícito, na charge supramencionada, que a mãe não poderia atender ao pedido do filho porque cozinhou o cachorro. Começamos por analisar alguns explícitos do texto, a começar pelo ar de constrangimento da mãe diante do pedido do filho: 1) há um bom tempo que eles não comem carne, segundo disse o filho; 2) o cachorro não aparece na charge, mas a sua coleira está *aberta*; 3) o sufixo diminutivo é usado pelo filho para se referir aos ossos, que, provavelmente, são pequenos como os de um galetinho; 4) a casinha, a corrente e a coleira também são pequenas; 5) um cachorro grande não caberia ali; ou seja: há uma conjunção de fatores que nos levam a crer que o cachorro está naquela panela, o que justifica o constrangimento da mãe. São interpretações feitas a partir de pressupostos linguísticos e também por implícitos situacionais. Há ainda uma crítica ao programa do governo federal Fome Zero, dada a magreza do filho, não obstante a robustez da mãe, indicando que muitos passam fome, mesmo com a existência do programa; se assim não fosse, não haveria necessidade de se comer o cachorro da família.

3 Raciocínio inferencial

Partindo-se do princípio de que a língua não encadeia enunciados apenas com as formas linguísticas e que há, portanto, inúmeros outros casos de inferências discursivas ou pragmáticas, envolvendo questões de ordem retórico-argumentativa, os enunciados passam a se situar também na ordem do *valorativo* o que permite inserir sua relação com questões de intersubjetividade.

complementares dedicados a combater as causas imediatas e subjacentes da fome e da insegurança alimentar, implementados pelo ou com o apoio do governo federal.” Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_Fome_Zero. Acesso em: fev. 2021. (Grifos do autor.)

¹⁷ Disponível em: <http://ojeitodudadeveromundo.blogspot.com/2011/11/charges-engracadas.html> Acesso em: 08 mar. 2021.

Considerar a existência de um raciocínio implícito e discursivo na interpretação dos sentidos impõe como contrapartida pressupor uma análise do texto considerado como discurso, de cunho interativo que leva em consideração tanto a dinâmica do contexto linguístico-situacional, quanto os atores da enunciação, respaldados em uma espécie de *contrato comunicativo*, atuantes em uma determinada cena enunciativa. Nesse sentido, a análise de texto passa a ser vista com uma visão comunicacional interativa como é apresentada pela Teoria Semiolinguística (Charaudeau, 1992), segundo a qual a conceituação de texto é resultante da atuação de mecanismos produtores de sentido, derivada da relação forma/sentido, de um contrato comunicativo e de uma ação/influência do sujeito enunciador sobre o receptor.

Assim, quando o compositor José Roberto (1967) externa em sua composição: “*Eu não presto, mas eu te amo*”, obviamente, o enunciado da segunda oração não se encadeia em contraste direto com o enunciado da primeira, mas com uma conclusão implícita que é derivada de uma inferência lógica: *Se não presto, logo se conclui que não sou um par perfeito, não sirvo para você*, qualidades negativas que não se esperam de um bom partido.

A oração adversativa, por sua vez, pelo uso do operador argumentativo *mas*, desencadeia um outro tipo de conclusão inferencial derivada indiretamente também de um raciocínio lógico. Com o argumento maior: *Mas eu te amo*, temos a seguinte inferência: *Se eu te amo, esse amor é tido como o supremo bem, capaz de redimir qualquer mal anterior. Logo, a conclusão é de que mereço seu amor*. A qualidade negativa: *não prestar é*, assim, anulada pela força do amor redentor, como admite a *doxa* consensual.

Todo esse raciocínio está baseado no conhecido *topos* cristalizado socialmente: *Só o amor constrói, O amor é mais forte que tudo*, essa ideia já se tornou um lugar comum em nossa sociedade ocidental, consubstanciada nos imaginários sociais. Esse tipo de inferência, tido como lógico, constrói-se sob a forma de raciocínio silogístico; assim se declaram válidos valores sociais reconhecidos e aceitos como se *verdades fossem*. Na hipótese de haver outra sociedade que não valoriza, por exemplo, o amor entre os casais, como nos casamentos arranjados por interesse, podem soar falsas e inadequadas todas essas asserções feitas aqui.

O raciocínio advindo de crenças e valores, derivados de nossas experiências de mundo, torna-se tão válido quanto o raciocínio lógico referencial, baseado nas relações de causa e efeito, de cunho demonstrativo ou racional. Portanto toda conclusão de cunho socio-interacional, que é trazida pelo senso comum, o chamado conhecimento de mundo, não necessita ser *lógica*, no sentido verifuncional e estrito do termo, mas precisa apenas ser aceita como válida para ser tida como *verdadeira*. O importante não é ser verdade, mas *parecer verdade*, como já disseram os antigos retóricos.

O raciocínio em questão, como já se discutido, é apoiado em um *topos* social, que está presente nas expressões rotineiras: *O amor constrói, o amor tudo vence, o amor pode tudo*. Essas *verdades* estão configuradas em tantas outras formas de pensamento, cristalizadas em provérbios, anexins e ditos populares, ou em outras máximas, como: *quem ri por último, ri melhor, água mole em pedra dura...* etc.

No exemplo dado, o componente retórico-argumentativo que também está indicado nas marcas comparativa e superlativa do conectivo *mas* é capaz de instaurar no enunciado o tema principal do discurso defendido. Portanto é essa marca de preferência que vai indicar qual é o argumento maior e válido a ser considerado para o texto. “*Mas eu te amo*” torna-se este, portanto, o argumento mais importante e que aponta para a conclusão defendida, com base em conclusões advindas tantos de pressupostos linguísticos quanto de inferências e subentendidos.

Tais conclusões permitem incluir na caracterização semântico-descritiva dos enunciados, além do componente inferencial lógico, outras indicações de sentido referentes à orientação argumentativa ou retórica, como defende Ducrot, (1987), o que nos permite concluir que, em uma descrição semântico-pragmática dos enunciados de uma língua, podem concorrer três cálculos: 1) a cada enunciado, o conteúdo é dotado de um ato ilocucional, mas de base informativa que se apoia em fenômenos de cunho lógico/demonstrativo; 2) além do ato de base informativa, acrescenta-se que outros fenômenos intervêm como os operadores retóricos, cuja interpretação será o fundamento dos fatos discursivos; 3) um terceiro cálculo prevê que a orientação do sentido do enunciado é feita por um raciocínio implícito de base inferencial com força argumentativa.

Uma análise, puramente lógica, especifica apenas a existência do conteúdo verificacional, mas não sua natureza retórica, que é de valor socio-discursivo e interacional.

Assim, pode-se concluir que, nesses casos, as relações *argumentativo-discursivas*, relacionadas a fenômenos que devem ser descritos em um nível discursivo, interagem com entidades abstratas que servem para representar o valor semântico-argumentativo dos enunciados, valor esse que opera em função de certas intenções argumentativas, detectadas de acordo com a ação dos interagentes em cada contexto específico.

Vejam, a seguir, mais alguns exemplos. Considere o texto imagético em destaque:

Figura 4. Segurança na Internet¹⁸



Indiscutível admitir que textos *neutros* quanto ao sentido não existam. Basta analisar, atentamente, sua função comunicativo-argumentativa, exposta nos variados implícitos. Não é diferente com os textos construídos por imagens em que outros elementos devem ser

¹⁸ Disponível em: [stock-photo--d-image-hypertext-transfer-protocol-secure-https-security-protocol-for-online-transaction-22963840.jpg](https://www.shutterstock.com/22963840) (450×358) (bp.blogspot.com. Acesso em: mar 2021).

considerados: a própria imagem como reflexo do real, a cena enunciativa, a expressão facial dos personagens, as roupas, postura do corpo, as cores utilizadas etc.

Assim, considerando o universo das compras pela internet, pode-se afirmar que o objetivo dessa imagem apresentada acima é apontar um caminho seguro para as compras on-line.

Desde o surgimento da internet, fazer compras ficou bem mais fácil e cômodo, afinal, o usuário compra e paga sem sair de casa. Por outro lado, paralelamente às facilidades, as pessoas passaram a correr riscos cada vez maiores, sobretudo porque as leis, ainda incipientes, não acompanharam essa evolução. Logo, fazer compras, em determinados *sites*, tornou-se um pesadelo, pois, dentre outros riscos, o número do cartão de crédito usado nas transações pode ser clonado, o que, para o dono do cartão, é sinônimo de *prejuízo*. Assim, produto do desenvolvimento de novas técnicas de segurança na rede, o acréscimo do *s* (de *secure* = *seguro*) à sigla *http* indica que o *site* em questão é seguro para compras e pode ser usado sem problemas, pois, ali, não há espaço para os *hackers*.

Considere também o texto apresentado a seguir, agora com detalhes das personagens:

Figura 5. Honestidade na Internet¹⁹



A análise do texto mostra que há um enorme descompasso entre o que se diz e o que se vê. Assim, com base nessa percepção, não é difícil perceber que o objetivo desse texto é alertar os usuários sobre mentiras que são comuns em sites de relacionamento.

Basta comparar o desenho aos diálogos para ver que não é possível, para a mulher, exercer as profissões a que ela se refere: a profissão de modelo exige moças jovens e magras, o oposto de nossa internauta, pois, apesar de magra, possui um abdômen incompatível com a

¹⁹ Disponível em: lchs7aecyywd.jpeg (368×345) (virgool.io) Acesso em: mar 2021.

profissão; acrescenta-se que o fator idade já elimina a profissão de modelo pois seria preciso a juventude da qual carece. Em relação à primeira profissão, dançarina profissional, talvez o fator idade não seja tão importante, mas o abdômen e o cigarro eliminam essa possibilidade, afinal, não é crível uma bailarina, sobretudo profissional, com tais características, adquiridas na contramão do que ela afirma ser.

Considere agora o internauta masculino: no caso dele, a incompatibilidade é evidente, a menos que ele fosse um jogador de futebol aposentado, pois muitos, de fato, relaxam com sua aparência; mas, mesmo essa hipótese, é desmentida pela frase nominal Honestidade na Internet..., que soa irônica e contradiz o que mostra o desenho. Acrescenta-se que um jogador de futebol da ativa, devido à intensidade e frequência dos treinos, necessariamente terá porte atlético e juventude, características que faltam ao nosso internauta.

4 Implicaturas conversacionais

Entre os implícitos que não podem ser previstos apenas com base no sentido lógico-demonstrativo estão as implicaturas conversacionais propostas por Paul Grice (1982). Para um trabalho de interpretação final da mensagem, esses implícitos só podem ser detectados por possíveis interpretativos e que, por meio de conjecturas feitas a partir de uma avaliação global da situação, o ouvinte tenta recuperar as possíveis intenções do falante. São mensagens de um tipo de implícito indireto que obrigam o ouvinte, muitas vezes a uma indagação: O que se quis dizer com isso? Até aonde ele quer chegar com essa afirmação?

O caso mais típico dessas afirmativas indiretas foi explicitado por Grice, por meio de uma ilustração com a conhecida história de A, um professor de Filosofia recém-formado, que querendo um emprego em uma conceituada universidade, pediu a um de seus antigos professores uma carta de recomendação endereçada a um diretor C. A carta continha o seguinte: “A tem excelente caligrafia e até hoje não foi preso”. Quando C lê a carta, conclui que A não deve ser aproveitado como professor naquela Instituição conceituada.

O que ocorreu? O que contribui para isso? Simplesmente houve desobediência a uma máxima, ou a uma lei do discurso, que diz: – Seja relevante. A contrariou essa regra, disse coisas não relevantes para a situação, o que levou o outro a concluir que aquelas deveriam ser as únicas qualidades positivas, ou que ele estava querendo dizer algo mais, que extrapolasse a situação, e, de qualquer forma, o candidato não servia para a situação. Precisou-se transgredir uma máxima, para que o sentido, aparentemente irrelevante, fosse reconstruído pela lei da relevância. Ao se desobedecer a lei, o destinatário é obrigado a inferir um raciocínio inverso, ou seja, algo além do que está dito. Como no caso não importava a informação dada, pois era irrelevante, por analogia também todo o resto da informação ficou comprometido, o que fez derivar daí um implícito conversacional.

O filósofo americano Grice admite que, numa interação, os interlocutores estão envolvidos em um processo de coconstrução do sentido de uma mensagem e que todo sentido

é fruto de uma interação; dessa forma, construir juntos a comunicação depende da aplicação e obediência a algumas máximas conversacionais, que reduziu a quatro princípios.

As máximas da quantidade, da qualidade, da relação e do modo, ou seja: diga o que for relevante para a situação, o que julga ser verdadeiro; diga as coisas da melhor forma para ser bem entendido, isto é, evite ser prolixo, confuso, rebuscado e só diga coisas que tenham relação ou sejam pertinentes à situação; essas máximas constituem a base de nosso raciocínio inferencial discursivo e muito importantes para a compreensão dos sentidos.

Temos no nosso dia a dia uma expressão bem caracterizadora desse processo: Caiu ou não caiu a ficha, – o que significa dizer que há situações em que a descoberta do real sentido vai depender da relação que se deve fazer com a situação. É como se o sentido precisasse ser intuído por nós por meio de uma série de operações de base cognitivo-inferencial, como o estudo sobre a relevância de Sperber e Wilson (1994) busca demonstrar.

5 Os implícitos e o processo inferencial no ensino de texto

A noção de implícito subentendido é muito útil no processo de interpretação de textos. Fundamentalmente esse processo inferencial trata de uma proposição tirada a partir do sentido implícito de outra proposição, que esteja baseada no contexto e que pode ser intuída, negociada ou simplesmente refutada pelo sujeito interpretante. A leitura exige do leitor consciência do jogo entre o explícito e o implícito que se manifesta de diferentes formas.

Segundo Pauliukonis (2019), as inferências discursivas tornam-se ricas fontes de sentido, pois derivam de saberes e crenças compartilhados e carregam significados de discursos anteriores, destacando-se a força do interdiscurso nos raciocínios inferenciais. Assim, quando alguém chega atrasado a um compromisso e diz que demorou muito porque teve dificuldade em estacionar o seu *Mercedes*, em frente ao prédio, o ouvinte pode inferir que ele estava querendo se vangloriar e valorizar sua posição social, caso eles tenham vindo ali para tratar de negócios, por exemplo. Mas pode ser que essa pessoa ignore todo esse raciocínio de seu interlocutor e se atenha apenas ao sentido literal de sua afirmação: teve mesmo muita dificuldade em estacionar seu carro, que é dessa marca. Há sempre, portanto, uma forma de escamotear o raciocínio feito com base no *implícito por subentendidos* e instaurar diferentes efeitos de sentido.

Uma filha, ao chegar de madrugada e ao ser inquirida pelo pai: “– *Sabe que horas são?*”²⁰, pode tentar minimizar ou ignorar a reprimenda e se fazer de inocente, ao dizer: “– *O*

²⁰ Em geral, filhos não devem chegar tarde em casa, sobretudo filha mulher; assim, reza nossa carteira de conhecimento sociodiscursivo; há, portanto, uma censura implícita na pergunta do pai motivada pelo horário tardio em que a filha chegou em casa. Por saber que estava errada, dentro dos padrões socioculturais vigentes, a moça justificou-se ao dizer que o carro havia quebrado; nesse caso, fica implícito que houve um tempo gasto para consertá-lo, chamar o reboque, pedir uma carona etc., fato que provocou o atraso reclamado pelo pai. Esse conhecimento só é possível a partir do preenchimento, por meio de inferências situacionais, das lacunas

carro do Carlinhos quebrou". Como se está observando, estamos diante de implícitos cujos sentidos dependem de interpretação das circunstâncias contextuais, feita pelos interlocutores em uma situação interacional. Esses implícitos e subentendidos são de ordem pragmática e demandam raciocínios a partir da situação do discurso.

Vamos citar outro exemplo para demonstrar a possibilidade de se fazer a interpretação dos subentendidos com base em um raciocínio inferencial discursivo. Trata-se de um texto em que há uma afirmação de Helga, mulher de Hagar, ambos conhecidos personagens de tirinhas, publicadas em vários jornais brasileiros.

Helga aconselha a filha sobre o complexo relacionamento entre homem e mulher. Sobre o tema *Homem ideal*, ela faz a seguinte constatação, como forma de aconselhamento:

– *O homem, depois de casado, pode ajudar nos afazeres domésticos, e também pode nevar no verão.*

Ora, Helga quer dizer que esse tipo de homem não existe, já que, por analogia, sabe-se que não costuma nevar no verão. Essa análise do texto toma por base um raciocínio lógico, mas é complementado por uma inferência de base contextual e discursiva, já que se conhece bem o caráter de Hagar, o marido de Helga, como sendo o do preguiçoso viking, que detesta qualquer tarefa caseira, está sempre se preocupando em assaltar castelos e em lutar contra inimigos, reais ou imaginários, como compete a um verdadeiro viking. Sua mulher não o tem como um protótipo do homem ideal e daí procedem seus conselhos à filha, sobre o casamento, feitos de forma indireta, a partir de sua experiência e que provocam o humor, como o gênero tirinha prevê.

Tal proposta de análise nos leva a concluir que, para se ter o quadro interpretativo dos sentidos, os termos linguísticos apontam para uma determinada direção e o quadro discursivo-situacional, o contexto, confirma ou não o raciocínio inferido.

Vejam os mais alguns exemplos de anedotas, que geralmente traduzem o humor por meio de implícitos inferenciais; o efeito cômico de um discurso lúdico ocorre no momento em que algum fato bizarro contraria nossas expectativas.

Anedota 1²¹

O escoteiro

Juquinha foi ser escoteiro. No primeiro dia, chegou em casa todo feliz.

A mãe perguntou:

– Fez sua boa ação hoje, filho?

– Fiz, mãe, mas deu um trabalhão!

– O que foi que você fez?

– Ajudei uma velhinha a atravessar a rua.

– Mas, meu anjo, isso não é trabalhão nenhum.

– Não é, hein? A senhora precisava ver! A velha não queria atravessar de jeito nenhum.

existentes entre as duas frases que compõem o breve diálogo. Este exemplo foi apresentado em aula por um colega da UFRJ, Prof. Dr. Agostinho Dias Carneiro.

²¹ (ZIRALDO, 1988, s.p.)

Anedota 2²²

Pedro e Maria encontram um avestruz na rua. A mãe lhes diz:

– É melhor levá-lo ao zoológico!

– É uma boa! – respondem os filhos.

À tarde, a mãe vê de novo as crianças com o avestruz.

– Mas vocês não iam levá-lo ao zoológico?

– E levamos! Agora vamos levá-lo ao cinema!

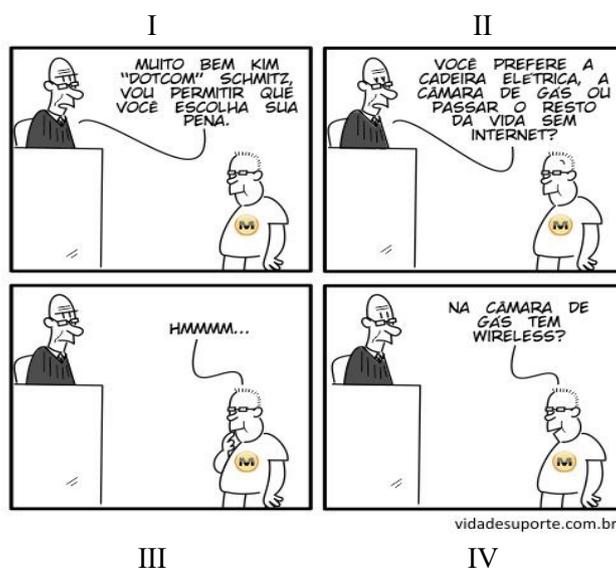
O efeito cômico dessas anedotas pode ser atribuído aos equívocos cometidos pelas personagens e pela quebra de regras conversacionais.

Na anedota 1, não há nenhuma fala que motivasse o equívoco do menino, mas ele não entendeu bem o significado de *boa ação* e, por isso, forçou uma senhora que não queria atravessar a rua a fazê-lo; note-se que, ao chegar em casa, ele *já havia praticado a boa ação* do dia.

Na anedota 2, quando a mãe diz: “– É melhor levá-lo ao zoológico!”, sua intenção é fazer que os filhos *entreguem o avestruz no zoológico*, que, segundo ela, seria o lugar mais apropriado para recebê-lo; ocorre que os filhos *compreendem* de modo bem diferente: para eles, a mãe disse que levassem o avestruz *para passear e sugeriu o zoológico* como primeiro passeio, interpretação que se justifica pela intenção das crianças de levar o animal ao cinema, no caso, o segundo *passeio* daquele dia. Em ambas houve desobediência à *máxima da relação*, uma vez que não havia pertinência entre os sentidos dos termos *boa ação* e *levar o animal ao zoológico*, interpretados de forma diferente e mais conveniente.

Observe os quadrinhos apresentados a seguir, sobre o tema:

Figura 6. Vício da Internet²³



²² Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/SENALE_IV/IV_SENALE/Maria_Luci_Prestes.htm. Acesso em: mar. 2021.

²³ Disponível em: Suporte_384.jpg (500×455) (vidadesuporte.com.br) Acesso em: 8 mar 2021

No quadro I, o juiz informa sobre a possibilidade de escolha da pena e no número II ele lhe dá algumas opções. Para nós, as opções dadas não deixam qualquer dúvida a respeito da escolha: afinal em uma delas o condenado seria mantido vivo, apesar de ficar para sempre sem internet. O que não esperamos é o modo como o condenado equacionará suas chances e concluirá que prefere morrer a renunciar à internet. No seu modo de pensar, as chances de usar a internet são maiores em uma câmara de gás, já que, em geral, os filmes policiais mostram que a morte na cadeira elétrica é mais rápida. Assim, podemos resumir a escolha do condenado do seguinte modo: viver sem internet = não viver, não ter vida e a opção pela câmara de gás com internet lhe dará mais tempo. Temos aqui uma estratégia que o autor da charge escolheu para mostrar, de forma implícita, que o vício da internet, a exemplo dos demais vícios, é tão forte que também pode *matar*, o que é metaforicamente expresso na charge.

Conclusão

Um dos objetivos deste artigo foi discorrer sobre a construção dos sentidos, partindo-se do princípio de que toda a materialidade do texto se fundamenta em um contexto linguístico-discursivo e em uma situação compartilhada pelos interagentes. Para que se tenha um leitor mais eficiente, na interpretação dos diversos gêneros e tipos de texto, é preciso sensibilizá-lo para o fato de que todo sentido, mesmo o de base literal, denotativo, inclui informações implícitas em níveis diferentes e que geram complexidades diversas na decodificação dos sentidos.

Podem ser consideradas implícitas todas as informações veiculadas de forma que o falante não se comprometa diretamente com sua *verdade*. As conclusões são inferidas tanto a partir dos enunciados linguísticos quanto dos elementos da situação, e sempre recuperadas por meio de processos inferenciais, que constituem o fundamento da interpretação. Os casos de sentidos recuperados linguisticamente pertencem ao campo da pressuposição e do acarretamento lógico e outros, inferidos a partir de operações discursivas que dependem do contexto sociocognitivo e histórico, são denominados subentendidos, ou processos inferenciais discursivos.

O ato de compreensão/interpretação desses enunciados envolve diferentes processos, o que significa dizer que o leitor crítico necessita estar atento tanto às questões de ordem lógica, como também às outras de ordem retórica ou argumentativa. Todas essas operações trazem consequências para a construção do sentido e vão interferir no processo de interpretação dos textos.

Referências

- ANGELIM, R.C.C. Polifonia e implícito como recursos argumentativos em textos midiáticos. In: PAULIUKONIS, M. A. L. & GAVAZZI, S. (Org.) *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2003, p. 15-25.
- ASSAD ALVARES, C. *Raciocinando em português*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.
- AULETE, C. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1964.
- BARTHES, R. *Roland Barthes por Roland Barthes*. Trad. de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Estação Liberdade, 2003
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992, 2.ed. 2019.
- CHARAUDEAU, P. Compréhension et interpretation: interrogations autor de deux modes d'appréhension du sens dans la sciences du langage. In: ACHARD- BAYLEG, G et alii(orgs). *Les sciences du langage et la question de l'interprétation (aujourd'hui)*. Limoges, Les Éditions Lambert-Lucas, 2018. p. 21-55. (Disponível em português em: <https://ciadrj.letras.ufrj.br>, 2019)
- DUCROT, O. *Provar e dizer. Leis lógicas e leis argumentativas*. Trad de Maria Aparecida Barbosa; Maria de Fátima G. Moreira; Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global, 1981.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Trad. Freda Indursky. São Paulo: Pontes, 1987.
- DUCROT, O. Argumentação e “Topoi” argumentativos. In: GUIMARAES, E (Org) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989, p. 13-39.
- FIORIN, J. L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (org.) *Pragmática: Problemas, Críticas Perspectivas da Linguística, Bibliografia*. v. IV. Campinas, 1982, p. 81-103.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. (Versão Digital), 2001.
- ILARI, R. *Semântica*. São Paulo: Ática, 2004.
- JOSÉ ROBERTO. Eu não presto mas eu te amo. *Os sucessos na voz de José Roberto*. Salvador: Entré/CBS, 1967.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L' implicite*. Paris: Armand Colin, 1986.
- MOURA, H.M.M. Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. In: *Delta*. v. 14, n.1. São Paulo, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-44501998000100008>. Acesso em: mar. 2012.
- PAULIUKONIS, M.A.L.; SANTOS WERNECK, L. dos. *Estratégias de leitura: texto e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- PAULIUKONIS, M. A. L. Texto e compreensão: condições de apreensão dos sentidos. *Revista Gragoatá*, v. 50, n.1. Niterói, RJ, 2019.
- PLATÃO SAVIOLI, F.; FIORIN, J. L. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2006, p. 305-311.

PRESTES, M. L. de M. *O ensino de pontuação em uma perspectiva textual-discursiva*. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/SENALE_IV/IV_SENALE/Maria_Luci_Prestes.htm. Acesso em: mar. 2021.

SPERBER, D.; WILSON, D. *La relevância*. Madrid: Tomás Bretón, 1994.

ZIRALDO. *Anedotinhas do Bichinho da Maçã*. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

Recebido: 07/12/2020.

Aprovado: 02/01/2021.